

# Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espaço de invenção do patriotismo nas primeiras décadas do séc. XX

## Geographical Society of Rio de Janeiro: the nest of patriotism in the first decades of the twentieth century

LUCIENE PEREIRA CARRIS CARDOSO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro | UERJ

### A geografia e os males nacionais

O ambiente de agitação que conflagrou o país, após a proclamação de 1889, levou a uma divisão dos intelectuais engajados. Parte deles optou por se afastar da arena política, adotando uma posição de ceticismo, pois o governo republicano não parecia corresponder aos seus anseios.<sup>1</sup> A celebrada “geração de 1870”<sup>2</sup> desapontava-se com a intolerância dos novos donos do poder, uma vez que o regime recém-instaurado e a abolição da escravatura mostravam-se incapazes de viabilizar um projeto de inclusão social. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho, o peso das tradições escravistas e coloniais esvaziou a possibilidade de ampliação dos direitos civis e políticos, excluindo o movimento popular do governo, o qual: “[...] consolidou-se sobre a vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico. As propostas alternativas de organização do poder, a do republicanismo radical, a do socialismo e mesmo a do positivismo, derrotadas, foram postas de lado”.<sup>3</sup>

Dois projetos de República se enfrentavam: o das oligarquias cafeeiras, federalista e liberal, e o jacobino, antioligárquico e nacionalista, apoiado notadamente por militares e positivistas. Não por acaso, o movimento ufanista, do período 1890-1900, teve intelectuais monarquistas como principais representantes na frente de batalha contra o *establishment* republicano. Esse movimento que teve Eduardo

**RESUMO** Neste artigo, abordamos as atividades e as iniciativas acadêmicas promovidas pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro no período que corresponde à instauração do regime republicano até as primeiras décadas do século XX. A instituição criada em fins dos oitocentos atuou como agente difusor, bem como inventor do patriotismo. Os seus projetos direcionavam-se para o despertar de sentimentos cívicos, ao passo que buscavam descortinar o país aos brasileiros.

**Palavras-chave** patriotismo, território, sociedade de geografia.

**ABSTRACT** *This article analyzes the academic activities and initiatives promoted by the Geographical Society of Rio de Janeiro during the period that goes from the establishment of the republican regime until the early decades of the twentieth century. The institution created in the late nineteenth century helped promulgate, as well as it invented patriotism. Their projects encouraged civic sentiments while they attempted to unveil Brazil to the Brazilian people.*

**Key words** *patriotism, territory, geographical society.*

Prado como um dos seus porta-vozes, denunciou: “[...] as práticas da ditadura militar republicana que se opunham às teorias e práticas liberais vigentes no Império”.<sup>4</sup> Criticava-se, principalmente, a participação de oficiais do Exército na composição do governo. Via-se com desconfiança as experiências republicanas das nações latino-americanas vizinhas, pois traziam a sombra da fragmentação territorial. Além disso, considerava-se a Constituição de 1891 como uma cópia da Carta norte-americana.

Políticos e intelectuais utilizavam, de maneira recorrente, as expressões “mundo civilizado”, “nações civilizadas”, “civilização e “luzes” como justificativa para apregoar os seus projetos de Brasil,<sup>5</sup> fenômeno que reapareceria em momentos de crise, conforme assinala a historiadora Lúcia Lippi Oliveira. Tal como ocorreu no período que se estende da proclamação da República à Primeira Guerra Mundial, contribuindo para a conscientização dos problemas nacionais e a busca de suas soluções, ao mesmo tempo que estimularia: “[...] sentimentos de identidade e de alteridade a uma população que vive ou que se originou em um mesmo território”.<sup>6</sup>

Acreditava-se na missão redentora da ciência para efetuar mudanças significativas na sociedade. Ressaltava-se a inércia das elites dirigentes e a incapacidade das massas populares de conduzir a nação brasileira rumo ao progresso e a civilização. Não por acaso, datam desse período trabalhos que sublinham por encaminhamentos teóricos diversos o fosso civilizacional existente entre o Brasil e os países da Europa ocidental. Contribuições, diga-se de passagem, que se esforçavam em demonstrar as potencialidades de seu território, ao lado das características inatas do povo, colaborando para fomentar diversos movimentos culturais de cariz nacionalista.

Alguns autores elaboraram diagnósticos concisos dos problemas brasileiros, concentrando suas análises no par “raça” e “meio ambiente”, no rastro das concepções formuladas pelo republicano histórico Sílvio Romero, um dos representantes da “geração de 1870”.<sup>7</sup> Compartilhavam da distinção estabelecida por Romero entre os grupos étnicos, classificados como inferiores ou superiores, com base em critérios ditos científicos.<sup>8</sup> Assim, acreditava-se que somente com o branqueamento, por meio da introdução de imigrantes europeus, nossa população poderia superar a degeneração da mestiçagem e alcançar padrões de civilização desejáveis:

*[...] O papel do imigrante, portanto, está bem definido concorrer para a formação de um tipo brasileiro, elemento da unidade nacional (que paradoxalmente, vê comprometida pela “desarmonia das índoles decorrente da mestiçagem”). Trata-se de uma construção racial clarear a pele do brasileiro do futuro, pelo menos - pois a nacionalidade já tem sua cultura, sua língua e sua religião. Na concepção de Romero a nação brasileira do futuro deve ser uma civilização latina e branca, o que implica na assimilação dos imigrantes à formação lusitana do país.*<sup>9</sup>

Atribuía-se o atraso socioeconômico do país às vicissitudes de uma estrutura econômica e social comprometida pela lavoura rudimentar e pelo capitalismo ainda embrionário de pequenas indústrias locais, bem como por uma sociedade de camadas médias pouco expressivas. O quadro, portanto, aprofundava a dependência econômica externa e favorecia a hegemonia das oligarquias regionais, em detrimento do restante da população. Tornava-se, assim, uma espécie de: “[...] simulacro de modernidade a encobrir o arcaísmo das estruturas sociais”.<sup>10</sup> Além dos fatores socioeconômicos, Sílvio Romero compreendia que os valores morais, o ambiente externo, a história e a biologia se combinavam e agiam uns sobre os outros. Para ele, a modernização da sociedade brasileira deveria ser revolucionária em sua essência, preconizando, inclusive, a possibilidade da utilização de alternativas autoritárias. Mas vislumbrava que tal modernidade só seria alcançada através da melhora do nível intelectual da população, que seria tutelada pela elites intelectuais do país.<sup>11</sup>

De todo modo, as ideias de Sílvio Romero inspirariam nomes como Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. O primeiro, em 1902, no livro *Os sertões*, fruto das suas observações de campo como jornalista durante a Campanha de Canudos, procura demonstrar a influência determinista do meio ambiente na formação das etnias e dos tipos humanos. É recorrente na obra o realce dado aos aspectos geográficos, bem como ao estado de abandono e de isolamento do interior em relação ao litoral.<sup>12</sup>

As dicotomias entre cidade e sertão, modernidade e atraso, delineadas por Silvio Romero, seriam retomadas por Euclides da Cunha, visto que: “[...] a sua ideia de nação parece perder-se entre as imagens de um sertão autêntico, mas retrógrado, sem futuro, de um deserto amazônico, desafio e paraíso, mas já perdido, e de uma civilização pesteada, utilitária e parasitária dos centros urbanos do litoral”.<sup>m</sup> Euclides compreendeu o descompasso temporal daqueles indivíduos que viviam longe dos centros urbanos e alheios à nova forma de governo instaurada em 1889.<sup>14</sup> Para Ângela de Castro Gomes, o pioneirismo dessa análise centrava-se na “forma de pensar e sentir o país”, pautada na descoberta: “[...] da nossa tendência à fusão, nossa aptidão para a domesticação da natureza e para a religiosidade. A figura do sertanejo como um forte espírito por excelência era o símbolo de nossa originalidade completa”.<sup>15</sup>

Euclides acreditava no desenvolvimento do país através da mudança do regime político, a República significava a renovação da sociedade e a entrada para o progresso.<sup>16</sup> Caberia aos intelectuais e cientistas desempenharem o papel de agentes da modernidade, transformando a ciência no principal instrumento de superação do atraso em que se encontrava o país: “[...] sua hegemonia significaria o triunfo dos ideais da República, que necessitam de uma elite de cientistas que os conduza”.<sup>17</sup> Mas, se inicialmente Euclides aparecia como propagandista da República, em seguida, demonstrava-se desiludido com o novo regime, com os políticos, com o militarismo e com as oligarquias rurais, sentimento que se acentuaria com a Campanha de Canudos. De todo modo, ele defendia que o Estado deveria ser remodelado em sua estrutura social, política e institucional, objetivando-se alcançar uma sociedade moderna e civilizada. Combinando cientificismo e liberalismo, sugeria que após o fortalecimento da economia, com a criação de um mercado interno forte e integrado, reabilitando o sertanejo como um trabalhador nacional, o papel do Estado deveria retroceder. As atribuições estatais se centralizariam na manutenção da estrutura administrativa e na garantia de ordem da sociedade.<sup>18</sup>

Por outro lado, divergindo das premissas de Euclides da Cunha, o médico Manoel Bomfim, em *América Latina: Males de origem* (1903), identifica as causas daquele retardamento na colonização ibérica, marcada pela escravidão e a exploração predatória do território.<sup>19</sup> Manoel Bomfim via a miscigenação das raças com otimismo e enfatizava sua diversidade cultural como elemento chave para a construção da identidade nacional. Recorria aos estudos biológicos com o intuito de compreender a imobilidade brasileira e sua incapacidade de alcançar o mesmo *status* das nações europeias. Acreditava que seria possível superar o atraso por meio da educação das massas, ao mesmo tempo que imaginava subtrair das elites dirigentes o poder de transformação da sociedade, deslocando-o para os movimentos populares.<sup>20</sup> Na contracorrente do discurso dominante dos intelectuais da época, ele rompia com a concepção positivista de que as mudanças na sociedade se operariam de cima para baixo. No seu entender, isto se efetuariaria por meio de uma ação revolucionária, em que os “parasitados e oprimidos”, desbaratariam a classe dominante “parasitária e degenerada”. Contudo, neste processo, Bomfim defendia a presença interventora do Estado, que passaria a ser concebido como uma instituição a serviço da sociedade.<sup>21</sup>

Por sua vez, o ensaísta e advogado Alberto Torres, em *A organização nacional* (1914), identificava o sentimento de nacionalidade com o território. Ele contestava as teorias evolucionistas, substituindo-as pelo exame dos problemas sociais e econômicos.<sup>22</sup> Para sanar nossos males sociais, propõe erguer uma “república agrícola”, com base na pequena propriedade rural, com a produção voltada para o consumo interno. Defendia a exploração racional e sistemática dos recursos naturais, bem como a sua preservação, o que de certo modo o aproxima de uma consciência ecológica avançada para sua época, embora não fuja dos traços ufanistas que exacerbavam as potencialidades naturais do território: “[...] a pátria é a terra que é, por sua vez, o território da nação no sentido do solo, de meios de produção e de fonte de prosperidade”.<sup>23</sup>

Para Alberto Torres, os poderes públicos deveriam dar assistência ao *trabalhador nacional*, em vez de se ocupar com a inserção do colono estrangeiro.<sup>24</sup> Recomendava a participação do povo, mas reconhecia a sua incapacidade política para resolver as grandes questões nacionais, pois carecia de cultura e de civismo. Não se tratava de inferioridade étnica, mas sim de ignorância em relação à própria terra: “[...] nós não sabemos ainda o que a nossa terra pode produzir e como deve produzir”.<sup>25</sup> Isto aponta, pois, para a necessidade da formação de uma consciência nacional, calcada no reconhecimento das potencialidades naturais do território brasileiro, afinal: “[...] é a terra, é a geografia que estabelecem os parâmetros para a ação política que visa a organização da nação”.<sup>26</sup> Como se constata, essa preocupação

subentendia a: “[...] integração geográfica pela expansão das vias de comunicação e pelo povoamento dos espaços vazios. Integração étnica através da educação e elevação espiritual”.<sup>27</sup>

Considerado como o ideólogo das oligarquias excluídas do pacto político da Primeira República, ajustado entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais, Alberto Torres constituía uma das vozes do movimento político denominado de ruralismo. Segundo Sônia Regina de Mendonça, vislumbrava-se institucionalizar os interesses agrários de grupos não preponderantes junto às esferas de poder, envolvendo determinados setores da sociedade, como “[...] os ilustrados brasileiros, dentre os quais despontavam muitos ruralistas, reproduziam os supostos básicos da cultura burguesa, erigindo o conhecimento científico em fundamento do progresso, materializado em suas propostas de regeneração da agricultura”.<sup>28</sup>

As concepções de Alberto Torres inspirariam o ideário nacionalista de diferentes matizes, apropriadas, inclusive, por uma vertente católica cujo maior expoente foi Tristão de Ataíde. Infundiram-se, ainda, entre os militares, servindo mais tarde como um dos elementos de legitimação do autoritarismo do Estado Novo. Sem falar da influência que exerceram sobre as noções de “raça e meio”, desenvolvidas por Oliveira Viana e o principal ideólogo do regime inaugurado por Getúlio Vargas em 1937.<sup>29</sup>

Oliveira Vianna estreou no cenário político-cultural com a publicação do livro *Populações meridionais do Brasil* em 1920.<sup>30</sup> Mas a sua contribuição fundamental constituiu uma análise sobre a sociedade brasileira, encomendada pela Diretoria Geral de Estatística por ocasião do Recenseamento de 1920, rebatizada em 1923 de *A evolução do povo brasileiro*. Vianna radicalizaria a teoria do branqueamento racial apresentada por Sílvio Romero. A partir do exame de dados estatísticos daquele censo, alegava que a entrada crescente e constante de imigrantes europeus promoveria a “arianização progressiva” do elemento nacional, ao passo que demonstrava uma associação entre a miscigenação e a mobilidade da estrutura social.<sup>31</sup>

Além disso, avesso às transformações revolucionárias, propôs que as mudanças ocorressem dentro das leis, de forma pacífica e conciliatória. A sua ideia de organização política e social se pautava na capacidade do Estado de gerenciar os conflitos.<sup>32</sup> Com o golpe de 1930, suas teses ganhavam importância, utilizadas como inspiração e referencial teórico por Getúlio Vargas, em sua proposta autoritária e ao mesmo tempo modernizadora da sociedade brasileira, através da atuação de um Estado forte e centralizador.<sup>33</sup>

Por seu turno, o já mencionado movimento ufanista ganharia espaço no Brasil até o final da Primeira Grande Guerra. Fator importante na consolidação de uma nova identidade nacional e na criação de uma mentalidade cidadã, esse otimismo triunfante seria abraçado por diversos intelectuais, que enalteciam o potencial brasileiro. As riquezas e capacidades naturais do território tiveram no conde de Afonso Celso, em Olavo Bilac e mesmo em Manoel Bomfim, alguns de seus expoentes. Em 1900, o conde de Afonso Celso lançou o livro *Porque me ufano do meu país*, título que deu origem à expressão ufanismo.<sup>34</sup> Escrito por ocasião do IV centenário do descobrimento do Brasil e dedicado aos seus filhos, tratava-se de obra de vulgarização e de incentivo ao patriotismo infantil, que obteve grande repercussão.<sup>35</sup> Afonso Celso, membro do Instituto Histórico e da Sociedade de Geografia, enumerou o que considerava as principais características da superioridade brasileira em relação aos outros povos: a ausência de calamidades, as potencialidades naturais, os elementos humanos da formação étnica, a grandeza territorial e a variedade do clima. A riqueza nacional apoiava-se no solo de dimensões continentais, bem como na miscigenação, vista como um aspecto positivo para a constituição do caráter nacional.<sup>36</sup>

Na mesma linha de abordagem, outro trabalho de vulgarização, também destinado a crianças, apareceria em 1910, escrito por Olavo Bilac, desta feita em parceria com Manoel Bomfim. O livro *Através do Brasil* narra de forma ficcional, as experiências de dois jovens estudantes em viagem pelo solo pátrio, descortinando suas potencialidades físicas e demográficas.<sup>37</sup> Conhecer o país tornava-se uma condição fundamental para se forjar os cidadãos do futuro e estimular o amor pelo torrão natal.<sup>38</sup> Da geografia, portanto, ressaltava-se a grandeza do seu território, a abundância de seus recursos naturais, na sua maior parte inexplorados. Do campo histórico extraíam-se subsídios que fornecessem o sentimento de solidariedade e de pertencimento entre indivíduos que habitavam regiões distantes e de características físicas tão diversificadas.

De qualquer modo, o período entre 1910 e 1920 caracterizou-se pela reafirmação dos sentimentos cívicos e o interesse pelas questões nacionais. Tal situação, porém, não se restringia ao Brasil. Tratava-se de um fenômeno que o historiador francês Maurice Agulhon classificou como patriotismo modelo 1914: “[...] le traumatisme de la Première Guerre Mondiale a rendu insoutenable le patriotisme modele 1914, et il a ouvert ainsi pour le sentiment national lui-même une crise durable”.<sup>39</sup>

O conflito armado despertou o aparecimento de uma reflexão brasileira marcada pela releitura da interpretação histórica dos problemas nacionais.<sup>40</sup> Eclodiram vários movimentos e campanhas nacionalistas das mais diversas orientações, que defendiam o amor à pátria, a coesão nacional, a valorização do trabalho, a erradicação do analfabetismo, o voto secreto e o serviço militar obrigatório. Enfatizava-se, sobretudo, o valor da instrução e da educação cívica como elemento fundamental para reforçar a defesa da nacionalidade, por meio da criação de organismos como: a Liga de Defesa Nacional (1916) fundada por Olavo Bilac, a Liga Nacionalista de São Paulo (1917) e a Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918), idealizada por Belisário Pena, funcionário da Diretoria Geral da Saúde Pública.

Por sinal, a questão da saúde passaria a ser considerada indispensável para a construção da nacionalidade, tal qual a da educação. Se antes a culpa do atraso atávico do país era atribuída à colonização e às questões raciais, doravante o analfabetismo e a saúde se tornariam os mais graves dilemas nacionais. A ideia de que o interior do país era um vasto hospital levaria os médicos sanitaristas a acreditarem que o sistema federativo constituía um obstáculo para o desenvolvimento de uma ação organizada de controle das endemias, como a malária e a doença de Chagas. Neste sentido, entendiam que a transformação da sociedade só poderia acontecer por meio da centralização administrativa, com a intervenção efetiva do Estado.<sup>41</sup>

Seja como for, há vários estudiosos que consideram o ano de 1922 um marco simbólico, pois reuniu uma série de eventos que afetaram de sobremodo o cenário político e intelectual do país: a comemoração do centenário de Independência, a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, a Revolta do Forte de Copacabana. Isto sem falar da crise aberta pela sucessão presidencial, disputada entre o candidato oficial Artur Bernardes e o dissidente Nilo Peçanha, rivalidade que denunciaria o esgotamento do sistema oligárquico e os problemas do federalismo.<sup>42</sup>

A par disso, a passagem do 35º aniversário da proclamação da República, suscitou a publicação de diversos diagnósticos e interpretações da realidade brasileira. Neste sentido, há que se mencionar a coletânea *À margem da história da República: Ideais, crenças e afirmações* (1924),<sup>43</sup> obra que se tornou clássica, considerada *um exame de consciência do regime*,<sup>44</sup> organizada e prefaciada por um operante sócio da Sociedade de Geografia, o engenheiro Vicente Licínio Cardoso, cujo forte envolvimento com a corporação será examinada mais à frente. Inspirado nas ideias de Alberto Torres, o livro idealizado por Vicente reúne ensaios, assinados pelos mais expressivos letrados da época, a exemplo de Oliveira Vianna, Gilberto Amado, Ronald de Carvalho, Tristão de Ataíde e Antonio Carneiro Leão.

Os textos alinham as supostas causas do fracasso da experiência republicana, argumentando que: “[...] não havia povo, não havia classes organizadas, não havia partidos, não havia governo representativo, não havia democracia”.<sup>45</sup> A solução desses males demandava desfechar um processo de formação de consciência crítica na sociedade, por meio da educação e da expansão dos direitos civis.<sup>46</sup> José Murilo de Carvalho, ao sintetizar o pensamento desses intelectuais, conclui que: “[...] a Primeira República não conseguiu unir os três povos. Não pôde, ou não buscou, transformar em cidadão o Jeca de Lobato, o sertanejo de Euclides, o beato do Contestado, o bandido social do cangaço, o operário anarquista das grandes cidades. Liberal pela Constituição, oligárquica pela prática, não foi fruto de opinião democrática nem dispôs de instrumentos para promover essa opinião”.<sup>47</sup>

## O “patriotismo à moda 1914” e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

Em 1914, após a gestão de Francisco Marcondes Homem de Mello (1837-1918),<sup>48</sup> o barão Homem de Mello, inaugurou-se uma nova fase na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. O período caracterizou-se pela sucessão de militares na presidência do grêmio,<sup>49</sup> a partir do Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo (1914-1920).<sup>50</sup> Aliás, desde a fundação, sempre foi notória a presença de representantes das Forças Armadas nos quadros da Sociedade, o que não é de estranhar. Para esses militares, conforme assinala Nelson Werneck Sodré, a geografia constituía um elemento fundamental na defesa da soberania nacional, a qual se resumia na: “[...] missão de manter a base física herdada da fase colonial e de assegurar o exercício da autoridade central em toda a extensão daquela extensa base física”.<sup>51</sup>

Mas a participação de oficiais do Exército e da Marinha nas sessões da Sociedade ganharia novos contornos devido ao contexto da Primeira Guerra Mundial. A proporção tomada pelo conflito europeu suscitou interesse crescente pela confecção de mapas e de outras formas de representação espacial, uma vez que a maioria das reivindicações políticas sobre territórios nacionais assentava-se em argumentos históricos.<sup>52</sup> Basta lembrar que, em 1916, o sueco Johan Rudolf Kjellén (1864-1922), no livro *O Estado como forma política*, inspirado nas ideias de Friderich Ratzel, formulou as bases de uma nova disciplina, denominada “geopolítica”, fundamentado em noções da história e da geografia, sob a justificativa de que: “[...] o anseio de conquistar o território era a dimensão crucial da busca pela sobrevivência empreendida por uma nação ou por um estado”.<sup>53</sup> Para Kjellén, o Estado deveria constituir um organismo sujeito às leis do crescimento, cujo território poderia ser ampliado através da colonização ou da ocupação de áreas lindeiras.<sup>54</sup> Segundo o historiador Eric Hobsbawn, o período entre as duas guerras mundiais teve importância decisiva na construção do pensamento geopolítico não apenas na Alemanha, como igualmente na França, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Pois, até 1914, não conhecera guerras mundiais, nem jamais presenciara tamanha mobilização de recursos, materiais ou não, para amparar os esforços de guerra.<sup>55</sup>

No Brasil, desde o final do século XIX, as autoridades republicanas preocupavam-se com a soberania e a preservação do espaço nacional. Se, por um lado, a vasta extensão territorial era motivo de ufanismo, por outro, o isolamento de algumas regiões, afastadas dos grandes centros e situadas em faixas de fronteira, daria ensejo a diversos projetos de integração do território, a exemplo do da Comissão de Construção das Linhas Telegráficas, formada por militares, que interligou as comunicações entre Rio de Janeiro, São Paulo e Triângulo Mineiro à Amazônia.<sup>56</sup> Paralelamente, o governo passou a conferir maior importância à atuação de entidades como a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, reconhecida como órgão de utilidade pública, por decreto assinado pelo presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes.<sup>57</sup> A importância estratégica do saber geográfico seria sublinhada na associação, pelo engenheiro Francisco Bhering, na época diretor do Serviço da Carta Geral do Brasil que afirmava que “[...] sem a topografia, sem a geografia, a Indústria como a Guerra nada poderiam conseguir. Cabe ao Exército a defesa das terras, e a Marinha a dos mares: como resolver o problema dos transportes rápidos da artilharia contra o inimigo visível, sem o conhecimento suficiente do terreno? É pela multiplicação das vias de transporte que se torna ubíqua a força, quer industrial, quer militar”.<sup>58</sup>

A sombra da Primeira Guerra pairava nas sessões da Sociedade. Francisco Bhering alertava os confrades para o “momento de convulsão” que “venceu o Atlântico” e alcançou o país. Porém discordava de vozes correntes, de que só havia documentos sobre a geografia e a geologia brasileiras nos arquivos de Berlim. Após compulsar por dezoito meses diversos acervos nacionais, constatou a existência de farto material a esse respeito, de qualidade inquestionável, o que o levou a concluir que a falta de informação era fruto da desordem nas instituições, desencadeada pelo imediatismo dos governantes, que se concentravam em “obras de urgência”, deixando de lado a “organização sistemática dos serviços”.

A reforçar seus argumentos, Bhering assinalou que as principais cartas geográficas datavam do Império, preparadas por Conrado Jacob Niemeyer, Pedro de Alcântara Bellegarde e Beaurepaire Rohan. Com o advento da República, a incumbência fora confiada ao Exército, porém pouco se avançou devido a “recursos insignificantes que quase anulam os esforços”.<sup>59</sup> O engenheiro postulava a confecção urgente de um mapa do Brasil atualizado, que atendessem tanto

aos aspectos políticos e econômicos, quanto às questões estratégicas, de natureza militar, fazendo ainda um apelo à Sociedade de Geografia, no sentido de promover a revisão da nomenclatura dos acidentes naturais.<sup>60</sup>

Outro sócio que trouxe a problemática da Grande Guerra para as reuniões da Sociedade foi o escritor e jornalista Lindolfo Octávio Xavier. Ele ofereceu uma síntese do cenário político internacional e advertiu que a guerra refletia a busca alemã pelo domínio geopolítico mundial. Com o intuito de definir e de difundir o nacionalismo de guerra buscou-se oferecer elementos do saber e da prática da geografia, tendo como base a sua territorialidade, fundamentando um discurso político sobre a liberdade, própria da nossa nacionalidade e do tipo nacional. Não por acaso, Lindolfo se deteve na participação brasileira no conflito, e exaltou as potencialidades geográficas do país, procurando estabelecer identidades locais, ideia que mais tarde haveria de ser apropriada pelo governo de Getúlio Vargas e consolidada nos livros didáticos por meio das ilustrações de tipos regionais desenhados por Renato Sêneca Fleury:

*[...] a floresta secular e majestosa, os rios encachoeirados e rugidores, as aves canoras e multicores, as montanhas abruptas, os chapadões descampados, a costa majestosa onde o oceano ruge a vontade noite e dia; o gaúcho galopando nas coxilhas do sul, o vaqueiro do norte trotando nos cerrados ensolarados; o vaqueiro de Minas, o seringueiro da Amazônia, o canoieiro dos rios, o pescador das praias, o lavrador do campo, o operário das fábricas, o homem da cidade – tudo vibra e palpita de liberdade.*<sup>61</sup>

*Na opinião de Lindolfo Xavier, embora o Brasil não dispusesse de tecnologia bélica expressiva, em contrapartida, possuía fartura de matérias-primas, como o manganês, o ouro, a borracha e o ferro, além de gêneros (açúcar, café, cacau, algodão, carne bovina), indispensáveis ao abastecimento dos países aliados. Afora esses produtos, o governo do presidente Wenceslau Braz enviou ao teatro de operações grupos de pilotos e de médicos militares, navios de guerra, e cedeu algumas bases navais. A participação brasileira significava o “triunfo da latinidade”, prenunciando o “destino largo e complexo” que estaria reservado à Terra de Santa Cruz no rol das nações civilizadas.*<sup>62</sup>

74

## Um herói para a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

No mesmo ano em que Candido Mariano da Silva Rondon recebeu a patente de General, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro realizou uma sessão magna em sua homenagem no Teatro Municipal, no dia 12 de outubro de 1919. Figura emblemática da integração nacional, as missões do general privilegiaram áreas insondadas do território mato-grossense.<sup>63</sup> Entre 1907 e 1915, foi incumbido de implantar linhas telegráficas no noroeste do Brasil, projeto que se estendeu até o estado do Amazonas. No período de 1915-1919, permaneceu naquela região completando explorações de rios, a fim de reunir dados para a “Carta geográfica do Estado de Mato Grosso”. A atuação de Rondon permitira integrar o sertão ao restante da nação brasileira. Sua concepção de nação baseava-se na doutrina positivista, de que o progresso tecnológico – neste caso o telégrafo – levaria a civilização àquelas comunidades longínquas.<sup>64</sup>

Com efeito. O evento promovido pela Sociedade em torno de Rondon recebeu a adesão de inúmeros vultos do cenário intelectual, cultural e político brasileiro. A cerimônia no Teatro Municipal foi aberta por Edgard Roquette Pinto.<sup>65</sup> Aliás, cabe mencionar que a amizade entre ambos iniciou-se em 1911. Logo após assumir a cátedra de etnografia e antropologia no Museu Nacional, Roquette Pinto conheceu o ainda tenente-coronel Cândido Rondon. No ano seguinte, acompanhou-o na missão ao Mato Grosso. De suas observações sobre os indígenas nhambiquaras resultou a obra *Rondônia: antropologia etnográfica*, editada pela primeira vez em 1916, considerada um clássico dos estudos antropológicos.<sup>66</sup>

O professor Lafayette Cortes conferiu a medalha de mérito científico da Sociedade de Geografia ao general Rondon, assinalando os vinte e nove anos que passara embrenhado “[...] nas selvas, trocando espontaneamente todas as vantagens da civilização, todo o conforto da vida urbana, todos os encantos do seu lar, pela rusticidade, pela aspereza, pelos sobressaltos de uma vida arriscadíssima [...]”.<sup>67</sup>

Lafayette Cortes comparou a saga de Rondon com a dos mamelucos paulistas, porém acentuou-lhe o caráter humanitário, em virtude da atuação junto às populações indígenas, uma das raças formadoras da nacionalidade brasileira.<sup>68</sup> Sua missão constituiu uma verdadeira cruzada em prol do progresso social e do patriotismo. Tratava-se de uma “obra geográfica”, que compreendia três estágios: o primeiro relativo à exploração do território entre o sul de Mato Grosso e o estado do Amazonas, quando se efetuaram inúmeras correções da nomenclatura de serras, da posição geográfica de cidades e de povoados, da direção de estradas, da natureza do solo, da vegetação e outras contribuições que não constavam nos mapas cartográficos. O segundo correspondia a identificação de uma “área semicivilizada”, da região amazônica, abrangendo terras de população escassa, o que do ponto de vista cartográfico significava uma descoberta, pois a partir daí foram incorporadas aos novos mapas. Finalmente, o professor Lafayette reportou-se às atividades realizadas nas zonas virgens ou desconhecidas, em particular, os resultados da “Expedição Científica Roosevelt-Rondon”, de 1913-1914, da qual fez parte o coronel Theodoro Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos.<sup>69</sup>

Agradecendo à homenagem, Rondon reportou-se à obra de seus antecessores, no desbravamento de terras tão distantes e rememorou antigos companheiros de aventuras pelo sertão, a exemplo de João Salustiano Lyra, Eduardo Botelho, Francisco Marques de Souza, desaparecidos no curso daquelas missões. Qualificou de audacioso o projeto do presidente Afonso Pena, datado de 1907, de instalar linhas telegráficas “através da região selvática” e destacou os numerosos grupos indígenas que encontrou no correr das suas jornadas, salientando o contato com a nação dos nhambiquaras, cuja existência era ignorada. Mencionou o trabalho de pacificação de uma tribo, que deixara sob a guarda dos padres salesianos liderados pelo Bispo Dom Antonio Malan. Desse contato inicial, formalizou-se a criação da colônia indígena de Salto Aracy. O militar defendeu, mais uma vez, a proteção daquelas populações desprovidas de apoio e carente de cuidados por parte do aparato governamental.<sup>70</sup> Por sinal, não é demais mencionar a conhecida relação do general com os autóctones, ele próprio descendente de índios terena e bororo.<sup>71</sup>

Ao concluir o seu discurso, Rondon destacou o seu companheiro mais ilustre nas incursões pelo sertão, o coronel Theodore Roosevelt,<sup>72</sup> cujas narrativas de viagem ao Mato Grosso atingiram repercussão internacional, depois do lançamento do livro *Através do Brasil Central*, em 1914. Tratava-se do “grande continuador das glórias de Washington e Lincoln”, porquanto: “[...] proclamou que no mundo, só o que estavam realizando os brasileiros no sertão do noroeste de Mato-Grosso, era comparável, em esforço da vontade e em dispêndio de energia, com o feito dos americanos do norte para ligar os dois oceanos através do istmo do Panamá”.<sup>73</sup>

Os trabalhos da Comissão Rondon e as atividades do Serviço Nacional de Proteção aos Índios influenciaram a formação de vários antropólogos, a exemplo de Edgard Roquette Pinto. Entretanto, no entender de Nísia Trindade Lima, um dos aspectos menos lembrados de Rondon é a sua concepção sobre o sertão como um espaço de miscigenação entre o elemento branco e o indígena. No imaginário nacional, segundo Nísia, prevaleceria a figura do sertanista e do bandeirante moderno.<sup>74</sup> A Sociedade de Geografia foi uma das primeiras instituições a comemorá-lo como um bandeirante, este fato reforçaria a presença atuante da entidade na invenção do patriotismo.<sup>75</sup> Cândido Rondon ainda seria festejado e condecorado inúmeras vezes no governo Vargas, tornando-se, a partir daí, referência obrigatória nos projetos de interiorização do país. Ao atualizar o bandeirantismo para legitimar o projeto de integração nacional do regime, buscava desassociá-lo do regionalismo paulista no imaginário político. Para a Sociedade, a epopeia de Rondon fechava o ciclo da “geografia heroica” no Brasil: permitiu a incorporação de várias áreas inóspitas e incógnitas, recordados por rios que escoariam as mercadorias até o Oceano Atlântico, lançando: “[...] bases seguras para o viajante, para o explorador e para o cientista que quiser visitar, trabalhar, estudar naquelas paragens ermas, não sentindo mais em torno de si o vazio que entibia e aniquila”.<sup>76</sup>

## Os novos “bandeirantes” da Sociedade de Geografia

Coerente com o “patriotismo à moda 1914”, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro empenhou-se na realização de atividades acadêmicas, na divulgação de trabalhos e na publicação de textos inéditos que lançavam luz sobre aspectos ainda não revelados do território e da população brasileira. No primeiro caso, entre convidados, há que se notar a conferência pronunciada pelo já mencionado Bispo Antônio Maria Malan a respeito dos índios bororós. O religioso, desde o final do século XIX, ganhara notabilidade por sua ação missionária na região mato-grossense. Aliás, certos estudiosos, compararam a obra do salesiano a dos jesuítas José de Anchieta, Antônio Vieira e Manuel da Nóbrega.

Malan ofereceu à Sociedade de Geografia uma “Gramática e Dicionário Bororó”. Descreveu as características físicas, costumes e hábitos religiosos desses indígenas, fixando-se na figura do “bari”, um misto de sacerdote e médico, e na crença dos índios no mistério da reencarnação. Tal como Rondon, defendeu o valor da catequese e a importância do cultivo de sentimentos cívicos entre os nativos: “[...] supersticiosos ao extremo, crianças eternas na maioria dos costumes, seriam felizes se lhes bafejasse a existência da ideia de Deus verdadeiro e soubessem amar a pátria, cujos destinos, limites e encantos desconhecem”.<sup>77</sup>

Já o professor da Escola de Minas de Ouro Preto, Antonio Olyntho dos Santos Pires, trouxe para as sessões da Sociedade informações sobre o sertão noroeste de Minas Gerais, coletadas durante uma viagem de pesquisa. Descreveu as jazidas diamantinas, os recursos naturais e o contato que estabeleceu com um dos últimos remanescentes do período áureo da mineração, um certo Domiciano, “verdadeiro patriarca local”, que lhe narrou formidáveis histórias. Confessou ainda que, por desconhecimento, confundiu os habitantes locais com os índios: “[...] o aspecto, a posição e o exercício a que esses homens se entregavam fizeram-me supor que eram filhos das selvas, e deles me desviei e ocultei”.<sup>78</sup> Sintomaticamente, o professor aproveitou a experiência para refletir sobre a importância das atividades da Sociedade de Geografia:

76

*[...] Ora, todos nós, membros da Sociedade de Geografia temos, mais ou menos, viajado pelo interior do Brasil; e como são ainda pouco conhecidos os acidentes territoriais e a vida de que passam os habitantes das diferentes zonas de nossa terra, não é demais que retiramos uns aos outros, o que cada um de nós observou e viu, porque, por mais banal que pareça a nossa narração, talvez se encontre nela alguma coisa de útil para o completo conhecimento do Brasil, que é o principal escopo da nossa Sociedade.*<sup>79</sup>

No âmbito dos relatos de viagens exploratórias, foram expostas diversas experiências interessantes na Sociedade. O engenheiro Eugenio Augusto Wandeck exibiu um resumo dos levantamentos realizados durante uma excursão pelas cidades de Rio Grande, Pelotas, Bagé e Cacequi no estado do Rio Grande do Sul.<sup>80</sup> O major Henrique Silva, por sua vez, apresentou os resultados da investigação que empreendeu sobre as nascentes do rio Paraná. De suas observações de campo, cotejadas com os estudos de Orville Derby e de Élisée Réclus, o major concluiu que o: “[...] Paranahyba, até a confluência do Corumbá, este até a do São Bartolomeu e, finalmente, este último em toda a sua extensão formam o eixo do rio Paraná, constituindo de sua bacia a principal corrente ou cabeceira”. Por conseguinte, até então, o rio Paranaíba, na parte entre Goiás e Minas Gerais, havia permanecido desconhecido dos geógrafos e cartógrafos.<sup>81</sup>

Outra contribuição a ser assinalada veio do mato-grossense Estevão de Mendonça, estudioso de potamografia. Estevão expôs suas observações sobre o volume das águas dos rios São Lourenço e Cuiabá, e concluiu que o primeiro era apenas um “modesto contribuinte” do rio Cuiabá, este sim o verdadeiro e direto afluente do rio Paraguai,<sup>82</sup> descoberta que alterava os mapas existentes. Aliás, a potamografia parecia estar na ordem do dia na Sociedade, porquanto, por aquela mesma época, um trabalho de abordagem semelhante ao de Estevão de Mendonça foi apresentado por Candido José de Godoy, autor de uma alentada análise das bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul.<sup>83</sup>

Talvez o “bandeirante” mais notável da Sociedade tenha sido Vicente Licínio Cardoso (1889-1931). Membro das Comissões de Geografia Histórica e de Redação da *Revista*, sua atuação na Sociedade de Geografia pautava-se no lema que ele mesmo cunhara: “[...] descobrir o Brasil é conhecer-mo-nos”.<sup>84</sup> Engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Vicente exerceu forte influência nos movimentos nacionalistas da década de 1920. Colaborou em diversos

órgãos da imprensa e publicou diversos trabalhos, a exemplo, do já mencionado *À margem da história da República: ideias, crenças e afirmações* (1924).<sup>85</sup>

Na sessão de 27 de junho de 1925, Vicente Licínio Cardoso apresentou uma síntese das suas investigações sobre o rio São Francisco, assunto que há muito o instigava, apesar de pouco privilegiado pelos estudiosos de então. A conferência “O Rio São Francisco: base física da unidade do Império” foi acompanhada de uma projeção de imagens, em que o autor procurava devassar alguns dos segredos daquele rio, cuja função histórico-geográfica permanecia ignorada. Para o engenheiro, o “Velho Chico” permitira a dilatação do espaço físico brasileiro, seja através do intercâmbio entre “os bandeirantes do sul e os do nordeste”, seja pelas conquistas diplomáticas, constituindo a “[...] coluna magna de nossa unidade política, o fundamento basilar que reagiu e venceu todos os imperativos caracterizadamente centrífugos oferecidos pelo litoral”.<sup>86</sup> Porém, acentua Vicente Licínio Cardoso, apesar da sua comprovada importância, a região atravessada pelo São Francisco permanecia obscura para a maioria dos brasileiros: “[...] A ignorância do presente daquele vale exprime e exemplifica, ao mesmo tempo, esse perigo largo em que temos incorrido tantas vezes, vivendo no litoral, mas pensando, de contínuo, como se a nossa cabeça estivesse... na própria Europa”.<sup>87</sup>

Meses depois, ele publicaria na *Revista* outro ensaio, intitulado “O rio São Francisco: rio sem história”, um inventário crítico dos autores nacionais e de estrangeiros que se ocuparam da descrição do território brasileiro, desde os tempos coloniais. Considerou esses trabalhos “depoimentos isolados, dados escassos ou detalhes insignificantes”, que ignoravam o papel histórico e geográfico desempenhado pelo “Velho Chico” na preservação da soberania territorial.<sup>88</sup> De todo modo, suas críticas aos trabalhos anteriores sobre o São Francisco podem ser lidas como uma tentativa de reivindicar outro papel para a geografia, juntando-se à história na descrição do território não só para garantir a clássica função de defesa da soberania e da integridade territorial, mas para estabelecer uma “genealogia da nação” a partir das referências geográficas. À guisa de curiosidade, cabe lembrar que o envolvimento de Vicente Licínio Cardoso com o seu objeto de pesquisa era de tal ordem que acabaria abreviando sua vida. Em 1931, durante uma viagem de estudos ao vale do São Francisco, contraiu a mesma doença que dizimava as populações daquela região, o mal de Chagas, suicidando-se pouco tempo depois.

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro também voltou sua atenção para as questões demográficas e para a problemática do desequilíbrio da divisão territorial brasileira. No primeiro caso, deu publicidade aos resultados do recenseamento de 1920.<sup>89</sup> No segundo, promoveu a discussão de um projeto de re-divisão política do espaço nacional, elaborado pelo advogado Ezequiel Augusto Ubatuba:<sup>90</sup> “[...] observando todas as condições que possam concorrer para a felicidade nacional, sobretudo criando, mais impossível divisas naturais para os estados e dando ampla saída as suas produções”.<sup>91</sup>

O estudo de Ezequiel concluiu que as desproporções entre as áreas das unidades da Federação – herança das capitânicas do período colonial – constituíam um entrave para o desenvolvimento econômico do país. Para equacionar o problema, idealizou uma reforma político-administrativa que, entre outros pontos, dividia o território brasileiro de maneira mais equânime, no seu ponto de vista, compreendendo trinta e cinco estados, além do Distrito Federal, a saber: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Andradas, Araguaia, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Javari, Madeira, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba do Norte, Paraíba do Sul, Paraná, Parahy, Pernambuco, Piauí, Rio Branco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Santa Cruz, São Francisco, São Paulo, Sergipe, Tapajós, Tocantins e Xingu.<sup>92</sup>

Complementando essa nova divisão territorial, com a criação das novas unidades administrativas, Ubatuba cogitava ampliar o número de representantes por estado na Câmara dos Deputados, o que apontava para um projeto dissidente da estrutura político-administrativa da Primeira República. Mais do que afetar os estados, ao que tudo indica, ele pretendia atingir as oligarquias rurais, enfraquecendo-as, pois o projeto previa a federalização do imposto sobre a terra e a interdição da cobrança de taxas estaduais sobre os gêneros agrícolas e a transmissão de propriedade.

Mas, para além dos estudos que buscavam decifrar os enigmas do território brasileiro e da sua população, houve quem se preocupasse em redefinir o papel da Sociedade de Geografia como núcleo científico, consoante o contexto de fortalecimento da nacionalidade, a exemplo de Fernando Antônio Raja Gabaglia.

Bacharel em direito, Fernando Antônio Raja Gabaglia (1895-1954) exerceu o magistério e ocupou a função de diretor do Colégio Pedro II. Em 1918, aos 23 anos de idade, publicou *As fronteiras do Brasil*, tese apresentada para o concurso para a cátedra de geografia do Colégio Pedro II. Autor de diversos compêndios didáticos, na década de 1930, envolveu-se na criação do curso de geografia da Universidade do Distrito Federal e no estabelecimento do Conselho Nacional de Geografia e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ainda que Fernando Antonio Raja Gabaglia se mostrasse familiarizado com as concepções mais modernas da disciplina e as suas práticas profissionais,<sup>93</sup> ao que tudo indica preponderava uma visão utilitária e pragmática da geografia, embora já se pretendesse mais técnica do que militante.<sup>94</sup>

Raja Gabaglia ingressou na Sociedade do Rio de Janeiro em 1918. No seu discurso de posse, advertiu que as atividades científicas ultrapassavam o espaço universitário, se estendendo aos laboratórios, às “propriedades ricas” e até mesmo às “cabanas dos pobres”. Argumentava que a “geografia pátria” não era um mero exercício de memória ou de nomenclatura, nem tampouco uma ciência universal. Mas, sim, uma encruzilhada de saberes. Inspirado nesses pressupostos, propôs uma linha de atuação para a Sociedade, consoante os novos campos da geografia, em particular, a antropogeografia. Aliás, ele estabelece uma distinção entre as associações que cultivavam uma ciência especulativa e as que se dedicavam à ciência e suas aplicações. Nesse último modelo, enquadrou o grêmio do Rio de Janeiro: “[...] no momento atual, [...] dever ser, e o é, um corpo de trabalhadores formadores de alta cultura científica, mas que alvejam um fim prático qual seja o de tornar cada vez mais conhecida a nossa pátria, sob todos os aspectos, isto é, fazer a sua corografia”.<sup>95</sup>

## A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro nas comemorações do Centenário

78

Na esteira dos movimentos de cariz nacionalista, a passagem do Centenário da Independência provocaria grande mobilização nas esferas letradas do Rio de Janeiro. Examinar os cem anos do Estado brasileiro, em primeiro lugar, implicava em romper com padrões estrangeiros e privilegiar ideias essencialmente nacionais. Acrescente-se a isso, a turbulência política que o país atravessava, fruto dos problemas gerados pela crise do pacto político das oligarquias e da descrença dos valores da *Belle Époque*. Esses elementos impulsionaram o surgimento de uma análise crítica que sublinhava a afinidade entre território e Nação, na qual a geografia passou a desempenhar o papel de uma das principais ferramentas de reflexão sobre a nacionalidade.<sup>96</sup> As celebrações de 1922, segundo Marly Motta, seriam marcadas pelo combate ao atraso que caracterizou a trajetória do Brasil independente e a configuração de um imaginário nacional baseado na invenção de tradições e na criação de marcos simbólicos.<sup>97</sup>

No âmbito da Sociedade de Geografia, de acordo com as palavras do engenheiro Francisco Bhering, o Centenário constituía o momento oportuno não apenas para fazer um grande balanço da evolução do país independente, mas também para promover a sistematização das informações geográficas disponíveis. A tarefa envolveria redutos intelectuais da envergadura da Sociedade, do Instituto Histórico e Geográfico, do Clube de Engenharia, da Escola Politécnica e de instituições como o Exército e a Marinha.<sup>98</sup>

Vale lembrar que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro tomou duas grandes iniciativas para solenizar a efeméride. Inicialmente, convocou o Primeiro Congresso de História da América, a realizar-se entre os dias 7 e 15 de setembro de 1922, sob a chancela do Ministério das Relações Exteriores. A jornada acadêmica objetivava aproximar o Brasil das repúblicas vizinhas e dos demais países do continente. Programou-se, inclusive, a elaboração de uma *História Geral da América*, obra que não chegou a ser concluída, a propósito de dotar os povos do Novo Mundo de: “[...] um passado comum”.<sup>99</sup> Ainda com o apoio do governo federal, o Instituto decidiu organizar uma publicação de natureza enciclopédica, inspirada no *Grand Dictionnaire Universel du Siècle XIX* e voltada para a vulgarização do conhecimento: o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Pretendia-se, deste modo, reunir as informações necessárias para a formação de “bons cidadãos”, tomando como ponto de partida o reconhecimento do território brasileiro: “[...]”

do meio físico passava-se para a formação étnica e cultural, chegando-se até os principais fastos da história nacional e seu vultos ilustres”.<sup>100</sup>

Tal como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro se aplicou em colaborar com o governo. A princípio, apresentou a demanda de alguns problemas que afetavam o seu campo de atuação: “[...], abandonando a crítica, a censura, a lamentação, deve-se procurar com empenho, por um lado, completar a Carta Topográfica ao Centésimo Milionésimo, a cargo do Exército, melhorar o serviço hidrográfico a cargo da Marinha, e, por outro lado, organizar a Carta ao Milionésimo, a cargo de engenheiros civis mediante os precisos, simples e eficazes processos e instrumentos modernos”.<sup>101</sup>

Mas a associação científica preocupou-se, também, em oferecer uma contribuição substantiva, de caráter didático, e destinada ao grande público, “[...] servindo tanto para a instrução dos estudiosos da geografia superior, como de repositório de informações de ordem técnica e especializada sobre os diversos ramos em que se subdividem os conhecimentos geográficos”. O compêndio receberia o título de *Geografia do Brasil, comemorativa do Centenário da Independência*. A proposta partira de Lindolfo Xavier, apresentada em 17 de maio de 1918, com a justificativa de que não existia no país um empreendimento de tal porte, concebido por “brasileiros natos”. Xavier argumentava que publicações dessa natureza já haviam sido realizadas em outros países com sucesso. Para a consecução do projeto, formou-se uma comissão, integrada pelos sócios Thaumaturgo de Azevedo, Francisco Jaguaribe Mattos, Antônio dos Santos Pires, Everardo Backheuser e Francisco Bhering. Estimava-se, ainda, contar com a colaboração de estudiosos que não fossem vinculados aos quadros da Sociedade de Geografia, “um conjunto de personalidades representativas do cenário da época”.

O plano da publicação estruturava-se em duas partes, precedidas por uma espécie de introdução, cujo conteúdo privilegiava noções básicas “da cosmografia física do globo terrestre e da geografia humana”. A primeira parte, intitulada *O solo e o homem*, abordaria as características físicas do território enquanto a segunda, denominada de *A nação*, ficaria dedicada ao estudo do seu povoamento e da sua história. O livro monumental deveria ser fartamente ilustrado e acrescido de um mapa atualizado do Brasil, especialmente encomendado à Comissão da Carta Geográfica Comemorativa do Centenário. Como se tratava de trabalho de divulgação, recomendava-se aos autores se absterem de divagações literárias, sem contudo abrir mão da erudição.<sup>102</sup> Face à sua magnitude, o projeto da Sociedade de Geografia foi encampado pelo programa oficial dos festejos do Centenário da Independência, fazendo jus aos subsídios do governo para garantir a sua edição.

A abordagem idealizada pela Comissão partia do exame da paisagem natural, de maneira a construir um amplo cenário em que se inseria o elemento humano. Da interação entre o meio e o homem brotava, finalmente, a nação brasileira, suas dimensões, população, organização social, política, cultural e econômica. O livro deveria receber a colaboração de personalidades da envergadura dos juristas Bulhões de Carvalho, Pontes de Miranda e Felix Pacheco, do escritor Ronald de Carvalho, além da prata da casa, representada por Lindolfo Xavier, Francisco Bhering, Lafayette Cortes, Gustavo Barroso, Basílio de Magalhães, Vitor Vianna, Antonio Coutinho Gomes Guimarães e José Maria Moreira Guimarães, entre outros. A Sociedade, portanto, continuava a atuar não apenas como um reduto científico, mas também com um espaço de sociabilidade que procurava congrega a nata da intelectualidade brasileira.

A *Geografia do Centenário* havia sido planejada para alcançar dez volumes. Entretanto, tal como ocorreu com o *Dicionário* do Instituto Histórico, o empreendimento de natureza enciclopédica não obteve o sucesso esperado.<sup>103</sup> Há registro de que foram publicados os volumes de números 1, 2, 9 (1ª. parte) e 10, localizamos apenas o primeiro e o último, como veremos a seguir.

Publicada cinco anos após as Comemorações do Centenário, a primeira obra desta coletânea constituía uma tentativa arrojada da Sociedade, para os seus integrantes o Brasil “[...] se sentia necessitado de um balanço geral de suas forças, a fim de se saber se cumpriu bem os seus destinos históricos”.<sup>104</sup> Pretendia-se devassar a geografia física do território, para tanto, seriam convidados especialistas, tais como o professor Honório de Souza Silvestre e os engenheiros Eusébio Paulo de Oliveira, Alceu Nogueira de Lellis, Antônio Olinto dos Santos Pires e Alípio Gama.

Formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, o geólogo Eusébio Paulo de Oliveira, diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil optou por oferecer um quadro sobre a geognose do solo brasileiro e o desenvolvimento do planeta. Já Honório Souza Silvestre, catedrático do Colégio Pedro II, elaborou duas contribuições. A primeira, a pedido da Sociedade, tratou da descrição física do território brasileiro, enquanto que a segunda foi dedicada ao estudo da sua orografia. O professor da Escola de Minas de Ouro Preto, o engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires, examinou a espeleologia brasileira. Um ramo da geografia física que estuda as escavações naturais da superfície terrestre, ou seja, as cavernas e as grutas. Partindo das concepções desenvolvidas pelo geólogo norte-americano John Casper Branner, ele ressaltou que “[...] a natureza não se limita, porém, a abrir galerias, salas e abismos debaixo da crosta terrestre, ela enfeita suas paredes e enche seus salões de adornos os mais caprichosos e bizarros e os cobre de belas cristalizações calcárias para lhes dar o aspecto fantástico que geralmente possuem as grutas e cavernas”.<sup>105</sup>

Em seguida, o engenheiro de minas Alceu Nogueira de Lellis realizou uma apreciação analítica sobre o fenômeno das secas no nordeste. Baseando-se nas observações do Inspetor Geral de Obras Contra as Secas, Miguel Arrojado Lisboa, Alceu sugeriu um plano de ação assentado na retenção das chuvas. Recomendou a ampliação das barragens, de açudes e de poços, este último considerado como “[...] o principal e o mais antigo para suprimento de água na planície”.<sup>106</sup> Para finalizar, o militar Alípio Gama revelou os resultados de uma alentada investigação sobre as manifestações vulcânicas no Brasil, concluindo que “[...] por mais antiga que seja a retirada da atividade vulcânica de uma região em que já uma vez se manifestou, jamais se poderá afirmar que tal atividade não possa de novo voltar”.<sup>107</sup>

Lançado em 1923, com o título *Corografia de Minas Gerais*, o volume X da *Geografia do Centenário*, foi preparado por Nelson de Senna, intelectual e político mineiro, autor de numerosos trabalhos sobre sua terra natal, publicados inclusive nos *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia* de 1909.<sup>108</sup> Ao que tudo indica, Senna atendera a uma solicitação do presidente da República, seu conterrâneo Arthur Bernardes, conforme se lê no Prefácio.

Coerente com o sumário estipulado pela Sociedade de Geografia, a primeira parte do *Livro 1* concentra-se na descrição das características físicas do solo de Minas Gerais. A segunda parte apresenta um panorama histórico da ocupação do território, desde as primeiras explorações e entradas nos tempos coloniais. No *Livro 2*, Senna examina a organização administrativa estadual. Seu trabalho evidencia pesquisa e erudição. Ao abordar a riqueza mineralógica das Gerais, por exemplo, reporta-se aos estudos de Henri Gorceix, o primeiro diretor da Escola de Engenharia de Minas em Ouro Preto. Quanto ao elemento humano, Nelson de Senna destaca que o povo mineiro resultou da mestiçagem.<sup>109</sup> Porém, sublinha a necessidade de promover o seu branqueamento, pois percebe a imigração estrangeira como um fator importante para o crescimento do país:

*[...] há terrenos de sobra para neles se localizarem sucessivas gerações de imigrantes, vindos de todos os pontos do globo, de preferência latinos e anglo-saxões, germânicos e eslavos, por serem os elementos étnicos que mais nos convém no Brasil. E para se radicarem no Brasil tudo os seduz: a boa gente nativa e a terra fértil e saudável, os costumes são e as instituições liberais e a liberdade que em Minas existem [...].*<sup>110</sup>

## Considerações finais

Seja como for, a malograda *Geografia do Centenário* reflete as ideias de uma época, em que o saber geográfico deveria constituir um instrumento para o aperfeiçoamento da sociedade, além de fonte de inspiração de sentimentos patrióticos. Finalmente, cabe acrescentar que dois obstáculos intransponíveis inviabilizaram a conclusão daquele projeto: o esgotamento dos recursos financeiros prometidos pelo governo federal e a carência de dados disponíveis, agravada pela desorganização administrativa dos órgãos públicos, sobretudo nas regiões mais distantes do poder central.<sup>111</sup>

Desde a sua criação em fins dos oitocentos, a Sociedade de Geografia manteve-se, sob muitos aspectos, alinhada com as políticas do governo, sem ousar criticá-las frontalmente. Ao mesmo tempo que valorizou o elemento nacional

e a descoberta do Brasil aos brasileiros, naquele período de valorização da nacionalidade, a entidade não recriminou diretamente a propaganda imigrantista, que, como entendiam alguns dos autores discutidos na primeira seção, constituía um dos males de uma nação que se queria europeia e não verdadeiramente brasileira.

O deslumbramento e a exaltação, ao lado da ênfase na preservação do espaço físico, resenhavam o papel da geografia, cabendo-lhe promover a reconciliação entre a nação e a sua história. Se antes o saber geográfico era tomado como uma ciência auxiliar da história, doravante o discurso sobre o espaço torna-se o centro do debate intelectual, fornecendo-lhe a moldura capaz de reenquadrar o passado.<sup>112</sup> A visão imponente de um território de dimensão continental assentado em referências geográficas substantivas insuflava, portanto, o sentimento nacionalista nas reuniões da Sociedade, ao mesmo tempo estimulava a proposição de atividades que buscavam descortinar o país aos brasileiros. Não se tratava de uma ação sistemática, mas sim de iniciativas esporádicas, que se aproximavam ao que o historiador Eric Hobsbawn, na divisão da história dos movimentos nacionais, identifica como um momento em que uma *minorité agissante* representada por um conjunto de pioneiros militantes da ideia nacional atua por meio de campanhas e de movimentos em prol desse objetivo.<sup>113</sup> Neste sentido, intelectuais como Fernando Raja Gabaglia e Vicente Licínio Cardoso estariam atuando em espaços institucionais em transição, a exemplo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, dedicadas ao estudo do conhecimento geográfico e de suas aplicações administrativas no Brasil.

## Notas e referências bibliográficas

*Luciene Pereira Carris Cardoso, doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Este artigo é parte da tese Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945), defendida em 2008, sob a orientação da professora Dra. Lúcia Maria Paschoal Guimarães. Agradeço o apoio concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro. Registro uma nota de agradecimento ao parecerista da Revista pelas sugestões e pelos comentários, que foram incorporados na revisão do texto. Correio eletrônico: lucienecarris@hotmail.com.br.*

- 1 VELLOSO, Mônica Pimenta. Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.) *O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- 2 Ver ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- 3 CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- 4 Cf. OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. *A questão nacional na primeira República*. São Paulo/Brasília: Brasiliense/CNPq, 1990, p. 105.
- 5 CARVALHO, José Murilo de. O Conselho de Estado: a cabeça do governo. In: \_\_\_\_\_. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996, p. 334. José Murilo de Carvalho ao analisar as atas do Conselho do Estado Imperial constatou em seus discursos que essas expressões eram recorrentes, era também por todos considerada legítima a referência a países europeus, seja para esclarecer problemas nacionais, seja para fundamentar propostas de legislação.
- 6 OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi, op. cit., p. 14.
- 7 ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.
- 8 Sobre este assunto, ver DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas (Orgs.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.
- 9 SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.). *Raça, ciência e sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ Centro Cultural Banco do Brasil, 1996, p. 51.
- 10 SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 48.
- 11 Idem, p. 50.
- 12 CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo/Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.
- 13 CARVALHO, José Murilo. O último dos românticos. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 439.
- 14 SOUZA, Ricardo Luiz de, op. cit., p. 100.
- 15 GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 195.
- 16 Raimundo Nonato Pereira Moreira demonstra que Euclides da Cunha, além de absorver as ideias relacionadas aos movimentos culturais e político de sua época, como positivismo, republicanism, socialismo e materialismo, apresentou um conjunto de traços característicos da obra de Victor Hugo, intitulada, *Quatrevingt-treize, como: a onipresença da natureza, a caracterização dos tipos humanos, os quadros dramáticos presentes nas narrativas, o caráter vingador da literatura, a denúncia dos crimes e das injustiças cometidos pela coletividade humana*. Cf. MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *A nossa Vendeia: o imaginário social da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os sertões*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Unicamp, 2007.
- 17 Idem.
- 18 SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- 19 BOMFIM, Manoel. *A América Latina*. Males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, p. 126.
- 20 Cf. PRADO, Maria Emília. Integração nacional e identidade nacional em Manoel Bomfim e Oliveira Vianna: olhares divergentes. *Acervo*, v. 19, n. 1, Rio de Janeiro, 2006.
- 21 KROPT, Simone P. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *Revista Manguinhos: História, Ciências e Saúde*, Rio de Janeiro, Fiocruz, v.3, n.1, mar./jun. 1996, p. 80-98.

- 22 Cf. MENDES, Marlos Bessa. *Matrizes da modernidade republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. São Paulo/Brasília: Autores Associados/Editora Plano, 2004, p. 44-50.
- 23 OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi, op. cit., p. 123.
- 24 TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. Brasília: UNB, 1982.
- 25 Idem, op. cit., p. 54.
- 26 OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi, op. cit., p. 123.
- 27 LUZ, Nícia Vilela. A década de 1920 e suas crises. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Universidade de São Paulo, n. 6, 1969.
- 28 MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1883-1931)*. São Paulo: Hucitec, 2007, p. 69.
- 29 BRESCIANI, Maria Stella Martins. A geografia e o meio social modelam corpos e almas. In: \_\_\_\_\_. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2005, p. 256-278.
- 30 VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia/Eduff, 1987.
- 31 VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933, p. 185.
- 32 HANNA, Fábio Tadeu V. Caio Prado Junior e Oliveira Vianna: interpretações do Brasil e projetos políticos para a modernização brasileira. *Akrópolis*, Paraná, Umuarama, v. 11, 2003, p. 27-34.
- 33 Cf. CARVALHO, José Murilo de. A utopia em Oliveira Vianna. In: \_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 214.
- 34 CELSO, Afonso. *Por que me ufano do meu país*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia Editores, 1908.
- 35 Sobre a trajetória de Conde de Afonso Celso, cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, *Da Escola Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1883-1938)*, Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 63.
- 36 OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi, op. cit., p. 130.
- 37 Ver BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- 38 Ao que tudo indica essa obra foi inspirada em dois livros europeus, a obra francesa *Le tour de France par deux enfants* de G. Bruno de 1877, sem tradução para o português, e o italiano *Cuore* de Edmondo de Amicis de 1886, traduzido em 1891. Segundo Patrícia Hansen, essa literatura cívica contribuiu para a conscientização dos direitos e deveres, mas também para a divulgação de valores éticos e sociais, de acordo com a ideia de nação que estes intelectuais vislumbravam. Entre 1889 e 1921, iniciou-se uma intensa produção literária voltada para o público infantil. Em 1921, Monteiro Lobato introduzia o folclore e a introdução de personagens e lendas derivadas da tradição oral, o que de certo contribuiu para a construção de uma identidade nacional. Cf. HANSEN, Patrícia. *Brasil um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. São Paulo: Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007.
- 39 Cf. AGULHON, Maurice. *Histoire Vagabonde III*. (La politique em France, d'hier à aujourd'hui). Paris: Gallimard, 1996, p. 12.
- 40 OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi, op. cit., p.126.
- 41 BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores a política educacional. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, 1993, p. 3.
- 42 FERREIRA, Marieta Moraes de.; PINTO, Surama Conde de Sá. A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (Orgs.), *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 339.
- 43 CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da história da República: Ideais, crenças e afirmações*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924.
- 44 Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria P. Vicente Licínio Cardoso: o exame de consciência do regime republicano. In: CANCINO, Hugo (Coord.). *Los intelectuales latinoamericanos entre la modernidad y la tradición, siglos XIX y XX*. Frankfurt: Verveuert; Madrid: Iberoamericana, 2004, p. 77-88.
- 45 CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. In: CARVALHO, Maria Alice Resende (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu do Catete, 2002, p. 86.
- 46 Segundo Lucia Maria P. Guimarães, apesar do diagnóstico perspicaz dos problemas brasileiros, as soluções propostas por Vicente Licínio retomam as velhas fórmulas conservadoras. Nas palavras de Vicente: [...] *o caminho seguro para andar ligeiro é aquele que evita os desatinos das correrias revolucionárias perigosas e intempestivas*. Ver. GUIMARÃES, Lucia Maria P. Vicente Licínio Cardoso: o exame de consciência do regime republicano, op. cit., p. 88.
- 47 Ver CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República, op. cit. p. 87.
- 48 Sobre Francisco Inácio Homem de Mello, ver IHGB. *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros; sócios falecidos entre 1881/1920; preparado por Vicente Tapajós com a colaboração de Pedro Tórtima* (Rio de Janeiro: o Instituto, 1993, p. 85). Bacharel em direito, político, historiador e cartógrafo consagrado, autor do *Atlas do Brasil*, publicado 1909, com a colaboração de Beaurepaire Rohan. Deixou expressiva obra no campo da geografia, e que influenciou diversos estudiosos, a exemplo de Carlos Delgado de Carvalho. Cf. CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos, fotografias. Análise de uma herança cotidiana, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: Universidade de São Paulo, jun. 2006, v. 14, n. 1, p. 204.
- 49 Além do marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo, sucederam-se na presidência da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro os militares: almirante Antônio Coutinho Gomes de Pereira (1920-1925), general José Maria Moreira Guimarães (1925-1940) e almirante Raul Tavares (1940-1945).
- 50 Thaumaturgo de Azevedo, em 1880, participou da Comissão de Limites com a Venezuela. Com o advento do regime republicano foi governador do Piauí pelo presidente Deodoro da Fonseca. Liderou a Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia em 1895. Em 1904, retornou ao Amazonas e fundou a cidade Cruzeiro do Sul. Cf. BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Edições Fundação Cultural do Amazonas, 1973.
- 51 SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 229.
- 52 BLACK, Jeremy. Guerra, ambiente e ideologia, 1914-1945. In: \_\_\_\_\_. *Mapas e história: construindo imagens do passado*. Trad. Cleide Rapucci. São Paulo: Edusc, 2005, p. 175-179.
- 53 Idem, p. 175.
- 54 MYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. São Paulo: Papirus, 1995, p. 27. Convém destacar uma distinção entre a Geografia Política e a Geopolítica. Ambas se diferem quanto ao objeto de investigação e pertencem a áreas distintas. A primeira refere-se ao campo da geografia e a segunda relaciona-se a ciência política. Segundo William Vesentini, a primeira seria estática como uma fotografia, apóia-se em observações dos fatores geográficos. A Geopolítica dinâmica como um filme, é essencialmente diligente. Constituía uma teoria de poder apoiada no território, utilizando-se dos fatores geográficos para formular sua política, submete-se a uma ideologia estratégica e militar de dominação.
- 55 HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcus Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- 56 Cf. MARTINS JUNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, 2001, p. 95.
- 57 "Decreto n. 3440, de 27 de dezembro de 1917. Reconhece a utilidade pública a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte: Artigo único: *Fica reconhecida de*

- utilidade pública a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, revogadas as disposições em contrário.* Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1917, 96º da Independência e 29ª da República. Wenceslau Braz P. Gomes, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos". *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 19-20-21, 1918, p. 5-11. Apesar de tal reconhecimento, em 1922, foi publicado um único volume da revista que corresponde ao período 1912-1922. Entretanto, as atas e os relatórios não foram editados e nenhuma menção foi registrada sobre essa falta. Apesar do Decreto de 1917 garantir a impressão gratuita dos boletins e das revistas, esse volume foi impresso pela Tipografia do Instituto Muniz Barreto. A comissão da redação era presidida por Manoel Cícero Peregrino da Silva, como secretários Lindolfo Xavier, Álvaro Bittencourt Berford e Francelino Wandeck.
- 58 BHERING, Francisco. A geografia do Centenário de Independência. Resumo da conferência feita pelo professor Francisco Bhering na Sociedade de Geografia em 07 de dezembro de 1917. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, 1922, p.31.
- 59 Idem, p. 35.
- 60 Idem, p. 39.
- 61 XAVIER, Lindolfo. O Brasil e sua contribuição para a guerra, conferência realizada pelo sr. Lindolpho Xavier na Sociedade de Geografia em 18 de dezembro de 1917. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, 1922, p.53.
- 62 Idem, p.55.
- 63 Para se ter uma ideia da dimensão dos seus trabalhos, no período de 1890 a 1898, Rondon chefiou a comissão da construção da linha telegráfica entre Goiás e Cuiabá, em seguida as cidades de Cuiabá e Corumbá (1900-1904) e o extremo sudoeste do Brasil chegando as fronteiras do Paraguai e da Bolívia (1905-1906).
- 64 DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 12-13.
- 65 SGRJ. Discurso do Professor Roquette Pinto, no Teatro Municipal, a 12 de outubro de 1919, na sessão realizada em homenagem ao General Rondon. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, 1922, p. 11.
- 66 Ver ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondônia*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.
- 67 SGRJ. Discurso do Professor Lafayette Cortes, na entrega da medalha de mérito científico ao General Rondon. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, 1922, p. 15.
- 68 Idem.
- 69 Vele lembrar que a comitiva norte-americana reuniu-se na fronteira entre o Paraguai e o Brasil com a brasileira, liderada por Rondon e composta pelos militares Amílcar de Magalhães, Joaquim de Mello Filho, João Lira e do geólogo Euzébio Paulo de Oliveira, todos os membros efetivos da Sociedade de Geografia. Da sua atuação resultou a identificação de vários acidentes, como o rio da Dúvida, conhecido pelos seringueiros, mas ignorado pelos cartógrafos. Verificou-se que se tratava do principal afluente do rio Madeira, o qual por sua vez, é o maior tributário do Amazonas. Para o espanto dos estudiosos, a descoberta correspondia a um caudal de mais de mil quilômetros de extensão, formando extensa bacia hidrográfica. Os norte-americanos coletaram, ainda, cerca de duas mil e quinhentas espécies de animais, enviados ao Museu História Natural de Nova York. Idem, p. 17 e 18. Ver também, Theodore Roosevelt, *Através do sertão do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1944, p.16.
- 70 Idem, p. 23.
- 71 Pelo seu trabalho de desbravador em terras tropicais, Rondon recebeu o Prêmio Livingstone da Sociedade de Geografia de Nova York em 1915.
- 72 Segundo Carlos Martins Junior, a expedição Rondon-Roosevelt constituiu uma página para a história do pan-americanismo. Cf. MARTINS JUNIOR, Carlos, op. cit., p. 224. Ver, também, BUENO, Clodoaldo. Do apogeu ao declínio da Primeira Guerra: a ilusão do poder (1912-1930). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo (Orgs.). *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 204.
- 73 SGRJ. Discurso do General Candido Rondon. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, 1922, p. 28.
- 74 LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, Luperj, Ucam, 1999, p. 75.
- 75 SGRJ. Parecer da comissão sobre os trabalhos da comissão. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, 1922, p. 19.
- 76 Idem, p. 09.
- 77 MALAN, Antonio Maria. Os bororós. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, 1922, p. 114.
- 78 Idem, p. 102.
- 79 PIRES, Antonio Olyntho dos Santos. Uma excursão ao noroeste de Minas Gerais. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, p. 80.
- 80 WANDECK, Eugenio Augusto. As fronteiras do sul. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, p.133-148.
- 81 O major Henrique Silva participara da comissão exploradora do planalto central, chefiada por Luiz Cruls e havia publicado diversas obras sobre o assunto. Ver SILVA, Henrique. As cabeceiras do rio Paraná. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, p. 49
- 82 MENDONÇA, Estevão. O rio São Lourenço. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, p. 106.
- 83 GODOY, Candido José de. Bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922.
- 84 Idem, p. 37.
- 85 Também são de sua autoria os seguintes títulos: *À margem da história do Brasil* (1923), *Pensamentos brasileiros* (1924), *Vultos e ideias* (1924), *Afirmações e comentários* (1925), além das obras póstumas *Maracãs* (1934) e *Pensamentos americanos* (1937). Sobre uma análise da trajetória intelectual de Vicente Licínio Cardoso, cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal., Vicente Licínio Cardoso: o exame da consciência do regime republicano, op. cit., p. 77-88.
- 86 CARDOSO, Vicente Licínio. O rio São Francisco: base física da unidade do império, *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 30, 1925, p. 37.
- 87 Idem, p. 38.
- 88 CARDOSO, Vicente Licínio. O São Francisco: rio sem história. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 30, 1925, p. 47.
- 89 SGRJ. Recenseamento realizado em 01 de setembro de 1920. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, p. 173.
- 90 UBATUBA, Ezequiel. *Na Zona da Matta das margens do Pomba às do Parahyba, Estado de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do estado de Minas Gerais, 1918.
- 91 UBATUBA, Ezequiel. O Brasil futuro. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, 1922, p. 121.
- 92 Idem.
- 93 Idem.
- 94 MACHADO, Mônica Sampaio, *A geografia universitária carioca e campo científico disciplina da geografia brasileira*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2002, p. 53.
- 95 RAJA GABAGLIA, Fernando. Problemas capitais da corografia do Brasil. Conferência do professor Dr. Fernando Raja Gabaglia na Sociedade de Geografia. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, 1922, p. 65.
- 96 MOTTA, Marly da Silva. *1922: em busca do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994, p. 06.
- 97 MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1992, p. 116.
- 98 BHERING, Francisco. A geografia do centenário de Independência. Resumo

- da conferência feita pelo professor Francisco Bhering na Sociedade de Geografia. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922.
- 99 Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938), op. cit., p. 212.
- 100 BHERING, Francisco, op. cit., p. 96.
- 101 Idem, p. 39.
- 102 SGRJ. A Geografia do Brasil: comemorativa do centenário da independência. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 25-26-27, 1912-1922, 1922, p. 150.
- 103 Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938).
- 104 SGRJ. "Introdução" In: SGRJ, *Geografia do Brasil. Comemorativa do 1º. Centenário de Independência do Brasil. 1822-1922*, v. 1, 1927.
- 105 PIRES, Antônio Olyntho dos Santos. "Espeleologia", In: SGRJ, *Geografia do Brasil. Comemorativa do 1º. Centenário de Independência do Brasil. 1822-1922*, v. 1, 1927, p. 08.
- 106 LELLIS, Alceu de. "O nordeste brasileiro", In: SGRJ, *Geografia do Brasil. Comemorativa do 1º. Centenário de Independência do Brasil. 1822-1922*, v. 1, 1927, p. 30.
- 107 GAMA, Alípio Gama. "Manifestações vulcânicas no Brasil", In: SGRJ, *Geografia do Brasil. Comemorativa do 1º. Centenário de Independência do Brasil. 1822-1922*, v. 1, 1927, p. 44.
- 108 Na comunicação "Contribuições para um futuro Mapa do Estado de Minas Gerais", Nelson de Senna criticou a falta de rigor na confecção de cartas geográficas, em especial, a inexatidão das coordenadas geográficas (latitude, altitude e longitude). Por outro lado, com certa dose de regionalismo, destacava a importância do Estado de Minas Gerais no cenário nacional, principalmente pela sua dimensão territorial, visto que era o quinto em extensão e o primeiro em densidade populacional. Nelson de Senna também publicou: *Bicentenário de Ouro Preto* (1911); *A hulha branca em Minas Gerais* (1914); *A terra mineira* (1926); *Alguns estudos brasileiros* (1937) e *Africanos no Brasil: estudos sobre os negros africanos e influências afro-negras sobre a língua* (1937). Cf. Luciene Pereira Carris Cardoso, op. cit., p. 129.
- 109 SENNA, Nelson de. *Geografia do Brasil. Comemorativa do 1º. Centenário de Independência do Brasil. 1822-1922*. Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, v. 10, p. 224.
- 110 Idem, p. 207.
- 111 SGRJ. Relatório apresentado pelo almirante A. C. Gomes Pereira, presidente da Sociedade, referente ao ano de 1923. *Revista da SGRJ*, Rio de Janeiro, t. 28, 1923.
- 112 LUCA, Tânia Regina de. História e geografia: revalorização da nação". In: \_\_\_\_\_. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a nação*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 97.
- 113 HOBBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 21.